



CLÁUSULA DE CONFORMIDADE – LEI ANTICORRUPÇÃO E DE PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO

As Partes garantem e declaram que:

a. qualquer um de seus proprietários, sócios, diretores, conselheiros, funcionários e agentes, bem como suas coligadas, envolvidos na contratação cumprem e cumprirão as medidas necessárias para prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro, bem como observar a Lei nº 12.846/2013 e a Lei nº 9.613/1998, além de quaisquer outras leis e disposições aplicáveis e/ou que venham a ser editadas e sancionadas em complemento ou para alteração/substituição às leis atualmente vigente, relacionadas ao combate e prevenção à corrupção, lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa, bem como as determinações e regras emanadas por qualquer órgão ou entidade, nacional ou estrangeiro, a que esteja sujeita por obrigação legal ou contratual, que tenham por finalidade coibir ou prevenir práticas corruptas, despesas ilegais relacionadas à atividade política, atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária, o sistema financeiro, o mercado de capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, terrorismo ou financiamento ao terrorismo, previstos na legislação nacional e/ou estrangeira aplicáveis ("Leis Anticorrupção e de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa");

b. Ao cumprir seus deveres contratuais, nem as Partes nem qualquer um de seus proprietários, sócios, diretores, conselheiros, funcionários ou agentes oferecerão, prometerão, fornecerão, ou autorizarão qualquer coisa de valor ou dinheiro, direta ou indiretamente, a:

(i) qualquer Agente Público, para influenciar um ato oficial ou de algum outro modo obter uma vantagem indevida, ou direcionar negócios, para qualquer pessoa ou entidade, em violação às Leis Anticorrupção;

(ii) qualquer outra pessoa ao saber que toda ou qualquer parte da quantia ou coisa de valor será oferecida ou fornecida a um Agente Público para influenciar um ato oficial ou de algum outro modo obter uma vantagem indevida; ou

(iii) qualquer outra pessoa para induzi-la a agir de forma desleal ou de algum outro modo imprópria ou ilícita;



c. As Partes mantêm e manterão livros e registros financeiros/contábeis precisos e razoavelmente detalhados referentes à relação comercial existente entre as Partes;

d. As Partes possuem políticas, procedimentos e controles internos eficientes para atender aos requerimentos legais previstos nas Leis Anticorrupção e de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa, compatíveis com seu porte e volume de operações.

O descumprimento de quaisquer garantias desta cláusula poderá acarretar a rescisão contratual imediata e a extinção da parceria comercial, caso a Parte inadimplente, após notificação formal, não corrija a falha ou não apresente justificativa plausível no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação. Eventual rescisão não afasta o direito à cobrança de perdas e danos pela Parte inocente, nem a aplicação das penalidades legais e/ou contratuais cabíveis.

Na hipótese de uma parte tomar conhecimento que a outra parte está e/ou foi envolvida em investigações e/ou processos administrativos ou judiciais relacionados ao descumprimento das Leis Anticorrupção e de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa, a Parte contrária poderá solicitar à Parte impactada os esclarecimentos, documentos e informações necessárias para apurar se houve violação aos termos desta cláusula. Caberá à Parte impactada agir em cooperação e boa-fé às solicitações e requerimentos solicitados pela outra parte, sob pena de restar caracterizada violação à presente Cláusula de Conformidade.

Definições

“Entidade Governamental” significa um governo nacional, ou subdivisão política desse governo, ou jurisdição local, autarquia, conselho, comissão, tribunal ou agência, civil ou militar, uma associação, organização, negócio ou empresa detida ou controlada pelo governo ou um partido político. A classificação de uma entidade como uma “Entidade Governamental” é uma questão específica de fato que depende das características da entidade, analisando o grau de titularidade/controle pelo estado da entidade, atividades da entidade, etc. Uma Entidade Governamental também pode ser definida como aquela que presta serviço a seus cidadãos (ex., correios). O termo “Entidades Governamentais” inclui, ainda, organizações internacionais públicas, isto é, organizações cujos membros são países ou territórios, governos de países ou territórios, outras organizações internacionais públicas ou qualquer combinação dos expostos acima. Em caso de dúvida



com relação a se uma entidade deve ser tratada como uma Entidade Governamental, consulte a [Diretoria de Compliance].

“Agente Público” significa (i) qualquer agente ou oficial público ou eleito, funcionário (independentemente da hierarquia) ou pessoa que atuar em nome de um governo nacional, provincial ou local, departamento, agência, autarquia, sociedade detida ou controlada pelo estado (no todo ou em parte), organização internacional pública, partido político ou empresa que seja financiada em grande parte por meio de apropriações públicas, sejam amplamente entendidas como desempenhando funções governamentais ou que tenham seus principais diretores e conselheiros nomeados por um governo e (ii) qualquer funcionário do partido ou candidato a cargo político ou qualquer pessoa que atue em nome desse oficial do partido ou candidato a cargo político.

“Leis Anticorrupção e de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa” significa toda e qualquer legislação nacional ou estrangeira que mencione as práticas de prevenção à lavagem de dinheiro e de combate à corrupção e suas melhores práticas, incluindo, mas não se limitando a: (i) Lei 9.613/1998 e seus decretos, que dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei e criação do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF; (ii) Lei 12.846/2013 e seus decretos, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra administração pública, nacional e estrangeira; (iii) instruções e resoluções do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF que venham a ser aplicáveis; (iv) FCPA (Foreign Corrupt Practices Act), legislação norte-americana que combate os atos de corrupção transnacional por determinadas pessoas e entidades relacionados aos Estados Unidos; (v) UKBA (United Kingdom Bribery Act), legislação britânica de combate à corrupção; e (vi) eventuais outras leis nacionais ou estrangeiras aplicáveis ou que venham a ser aplicáveis em razão da contratação.

“MBBras” refere-se à Mercedes-Benz do Brasil Ltda., bem como, no que for aplicável, a suas empresas coligadas, incluindo, mas não se limitando a SelecTrucks Comércio de Veículos Ltda e Campo Largo Comércio de Veículos e Peças Ltda., nos termos desta declaração.

“Partes” significa a MBBras, bem como seus parceiros de negócios, incluindo, mas não se limitando a fornecedores, prestadores de serviços, contratados e demais terceiros com os quais mantenha relação comercial ou contratual.